

2ª PLENÁRIA NACIONAL DO DIÁLOGO E AÇÃO PETISTA

páginas 6 e 7

24 de Julho

FORA BOLSONARO E SEUS GENERAIS!



JUVENTUDE

Evasão escolar compromete o futuro dos jovens

pág.2

LUTA DE CLASSE

Encontro de servidores contra reforma administrativa

pág.4

INTERNACIONAL

Governança mundial pelo bem comum?

pág.10

CUBA

Abaixo o bloqueio, respeito à soberania do povo

pág.11

Jovens BIPs

Proposta do governo aumenta exploração e desregulamenta trabalho

Desde a eleição do governo Bolsonaro, o número de desempregados vem crescendo no país. Acelerado pela pandemia, empurrou ainda mais trabalhadores, principalmente jovens, para informalidade.

Segundo IBGE, são 23,7 milhões de pessoas na informalidade no país. Por trás desses números, temos como “protagonistas” jovens de até 29 anos, que amargam em péssimos empregos sem nenhum direito garantido.

Hoje, 38% da população economicamente ativa trabalha na informalidade. É esse o “desfuturo” que este

governo representa.

A equipe econômica, chefiada por Paulo Guedes, apresentou o “milagro” projeto Bônus de Inclusão Produtiva (BIP), que, segundo o próprio governo, tem como objetivo recolocar os desempregados jovens no mercado de trabalho, recebendo R\$600,00. Desses R\$600, R\$300,00 vem do governo (não disse de qual fonte) e os outros \$300, vem das empresas. Para o governo, o projeto servirá como plano piloto para ampliação de uma maior flexibilização dos direitos trabalhistas, a chamada carteira verde e amarela.

Em um país onde o desemprego atinge 46,3% dos mais jovens entre 14 a 17 anos, 31% dos 18 a 24 anos, por exemplo, o BIP dará aos empresários terreno aberto à demissão de funcionários, que podem ser trocados pelos “jovens BIPs”, aumentando lucros e a exploração dos jovens trabalhadores.

É ataque direto, destruindo contratos, direitos e regulamentações, que visam a ampliar a informalidade no país como forma de trabalho. É assim que este sistema capitalista responde à crise que ele mesmo criou e que, no Brasil, vem representada

pelos ataques de Bolsonaro. Não será através do BIP que se resolverá o problema do desemprego da juventude no país, que é sintoma da política de Bolsonaro e Guedes, apoiadas pelas instituições políticas do país, coniventes aos ataques.

É para ter direito a um futuro digno que boa parte dos jovens têm ido às ruas para derrubar esse governo agora e não esperar até outubro de 22. Ninguém aguenta mais viver desta forma, sob os ataques constantes de Bolsonaro e seus lacaios.

Jeffei

Aumenta a evasão escolar na pandemia

Impacto na renda futura dos jovens e diminuição na mobilidade social

Um estudo feito pelo Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS), a partir da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios) mostrou enormes disparidades entre o número de aulas presenciais recebidas por alunos de escolas públicas e privadas. Segundo o estudo, alunos com pais ricos e com o ensino superior completo tiveram mais que o dobro de oportunidades de ter aulas presenciais durante a pandemia. Uma recente pesquisa divulgada pelo Datafolha mostrou que quatro a cada dez alunos da educação básica na rede pública de ensino correm o risco de abandonar a escola por conta da pandemia. Com as escolas fechadas, o número de estudantes que não estão motivados e pensam em abandonar

os estudos aumentou, passando de 26% para 40% desde o ano passado. O número é ainda maior entre estudantes negros: 43% contra 35% entre brancos. Na região sul do país, 31% dos estudantes pensam em abandonar a escola, enquanto que na região nordeste esse número chega a 50%.

Rodrigo Teles, militante da Juventude Revolução do PT e estudante de uma escola estadual em São Leopoldo (RS), relatou que muitos estudantes têm deixado de frequentar as aulas. “Estamos em ensino híbrido e, hoje mesmo, tinham sete pessoas na aula, somando online e presencial. São 28 estudantes na turma. Na aula online, vários alunos têm dificuldade com a conexão de internet e muitos estão tendo que escolher entre estudar e trabalhar. Eu mesmo, no início

da pandemia, não tinha tempo para estudar. A renda da minha família foi afetada e meu salário estava complementando.”

Situação gera problemas psicológicos

Outra militante da JR, Naomi Silvano, também relatou: “Muitos dos meus colegas falam que desenvolveram problemas psicológicos por conta do EaD e pensam em desistir. Sem perspectiva de retorno às aulas com segurança, fica difícil manter o ânimo. Dos 40 que entraram comigo, sobraram 23 alunos. Muitos também tiveram que trabalhar durante a pandemia.”

Bolsonaro e os governos estaduais e municipais não tomaram nenhuma medida desde o início da pandemia para garantir o retorno ao ensino

presencial com segurança. Uma recente pesquisa divulgada pelo FMI demonstra que a chamada “geração catástrofe” terá uma diminuição em sua renda futura, consequência da crescente evasão escolar. Não é por acaso que a presença da juventude tem sido expressiva nos últimos atos contra Bolsonaro e seu governo. Com esse cenário, o Brasil também enfrenta um aumento na “evasão de cérebros”. Cresceu o número de jovens profissionais que saíram do país em busca de trabalho no exterior. Sem perspectivas e com dificuldades de encontrar emprego, pesquisas recentes também mostraram que quase metade dos jovens brasileiros deixariam o país, se pudessem.

Kris

Os desafios da UNE

Congresso virtual acontece com as ruas esquentando

Em meio à forte presença de estudantes nos protestos de rua pelo fim do governo, o Congresso da União Nacional dos Estudantes (Conune) de 14 a 18 de julho será virtual. Estão previstos debates, votação de resoluções e a renovação da diretoria.

A política do governo é intervir nas reitorias, cortar de verbas, reduzir FIES e Prouni e não adotar medidas como ampliar vacinação, testagem em massa e bolsas, o que a maioria dos governadores e prefeitos também não fazem.

Essa política nega o direito ao ensino presencial com segurança. A evasão é enorme, milhares estão sem estudar.

Mas, a resistência ganhou as ruas

com exigências da recomposição das verbas e outras pautas da educação, tendo como abre alas o “Fora Genocida”.

O desafio desse Conune é engrossar essa luta popular na rua para derrubar o governo agora e reforçar em cada universidade e faculdade a luta por reivindicações concretas como bolsas, verbas etc.

Diretores da UNE defendem o impeachment. Mas, é de se perguntar: esse Congresso nacional de Lira (PP) e Pacheco (DEM) submissos a Bolsonaro fará o impeachment? Também não dá para esperar as eleições de 2022!

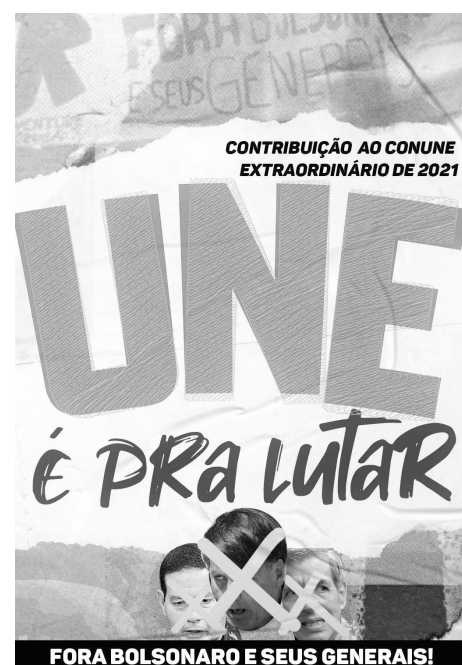
A hora é agora, empurra que ele cai! Não tem arrego para quem arrota golpismo todo dia.

Não sair das ruas até pôr abaixo o governo

É o que propõe a tese UNE É PRA LUTAR assinada por 260 estudantes em 16 estados e impulsionada pela JR do PT. Só o povo pode dar um fim a Bolsonaro e seus generais e abrir uma saída que exige a convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana, para varrer esse sistema podre e avançar rumo a universalização do ensino e outras reivindicações.

O desafio da direção eleita também é convocar um Conune presencial em julho de 2022. Até lá a luta das ruas deve ampliar a mobilização desde a base, passando pelos Centros Acadêmicos para rearticular a força do Movimento Estudantil nacional.

Katrina



Até onde, até quando?

Há dois anos e oito meses o país é contaminado pelo descalabro do governo do capitãozinho, candidato a imperador. A contaminação atinge em cheio a vida do povo, em tudo que representa uma vida digna e um país digno de se dizer uma democracia.

A inflação do preço dos alimentos já castiga as famílias trabalhadoras e vai de mal a pior. Projeções indicam uma alta maior no preço de carnes bovina e de frango, além de ovos. Ou seja, proteína na mesa vai ser coisa de rico.

O desemprego, em alta, atinge perto de 15 milhões de trabalhadores.

Na educação, em processo de destruição, a acentuada alta de evasão escolar compromete o futuro das novas gerações.

Alta também na violência. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2020 aumentaram os homicídios. Entre as causas, a alta na venda de armas, liberada pelo governo para favorecer suas milícias e grandes proprietários, em particular de terras.

O rosário de desgraça é longo. Tão longo que é como se o povo pudesse respirar aliviado com a diminuição de mortes pela Covid-19, que ainda mata cerca de 1200 brasileiros por dia! E isso diante de um governo, com seus generais, que fez lambança na compra de vacina, venda de falsos remédios e apodrecimento de testes.

Enquanto isso as instituições (Congresso, Judiciário, Forças Armadas...), as classes dominantes e seus partidos, que pariram o capitãozinho, tentam ganhar tempo. Embora com divisões, alguns buscam construir uma alternativa, a tal da 3ª via, para chamar de sua, como foi Bolsonaro em 2018. Já o capitãozinho ganha tempo para avançar na consagração de imperador. Como um Luiz Bonaparte ele, e sua escória, avança acima de tudo e de todos. Não é à toa, obstruído no intestino, o capitãozinho defeca tuitando

ESPERAR 2022 É CAVAR A PRÓPRIA SEPULTURA

contra o PT.

Se há desconforto com sua criatura, por certo não há pelos ataques ao PT, as instituições e classes dominantes tentam construir o mito de que é possível disciplinar o genocida. Como foi a encenação de Fux (STF) na conversa com Bolsonaro, tentando impor-lhe um limite. Se eles querem tempo, o que se escuta são os sinais de que o povo não aguenta mais.

Nesta situação, reuniu-se em 10 de julho

a 2ª Plenária Nacional do Diálogo e Ação Petista. Ali, as manifestações de rua, a luta dos servidores contra a reformar administrativa, dos trabalhadores dos Correios contra a privatização, dos eletricitários contra a entrega da Eletrobras, dos negros contra o genocídio de que são vítimas, da juventude pelo direito a um futuro, foram testemunhadas pelos participantes. Com uma convicção: seguiremos em luta! Em defesa dos direitos e por "Fora Bolsonaro e seus generais". Afinal, esperar 2022, que predomina na orientação do PT, é cavar a própria sepultura. Confiar que as atuais instituições vão colocar freio no capitãozinho é pá de cal na verdadeira saída para "virar a página" da tragédia que assola o país. A plenária decidiu, por isso, ampliar a discussão sobre a Assembleia Constituinte Soberana.

Com 700 petistas de 22 estados, foi decidido jogar toda força na preparação das colunas do DAP no próximo 24 de julho. Preparar o dia 24, reunindo os grupos de base e ir às fábricas, às escolas, bancos e órgãos públicos chamando a mais ampla participação. Organizar as colunas do DAP com faixas, pirulitos e som, para dialogar e organizar o mais amplamente os que querem lutar. Afinal, até quando e até onde, e de que forma este governo será varrido, é a luta do povo que determinará.

NOTAS

Chefe da CIA visita Bolsonaro

Em primeiro de julho, William Burns, chefe da CIA (Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos), jantou com Bolsonaro em local "não informado".

Enviado por Joe Biden, o visitante não fez questão de manter sigilo sobre seu encontro com o genocida. Além dele, o comandante da CIA também teve agenda com os generais Luiz Eduardo Ramos e Augusto Heleno.

Esteve presente nos encontros também Alexandre Ramagem, diretor-geral da Abin (Agência Brasileira de Inteligência). O Gabinete de Segurança Institucional, comandado pelo general Heleno, perguntado sobre o tema das reuniões, preferiu guardar silêncio.

América Latina na mira

Antes de chegar ao Brasil, Burns visitou a Colômbia no dia 28 de junho, no que foi classificado como uma "missão de inteligência delicada" por Francisco Santos, embaixador colombiano em Washington. Santos revelou ainda que a visita foi preparada por reuniões prévias dele com a CIA para informar sobre a situação do país.

Há 2 meses a Colômbia foi sacudida por uma explosão de

manifestações populares contra o governo de Ivan Duque.

A visita do comandante da CIA à Colômbia foi precedida da chegada do chefe militar do Comando Sul dos Estados Unidos, almirante Craig Faller. Ele chegou ao país em 20 de junho e no dia seguinte foi até a cidade de Puerto Carreño, fronteira com a Venezuela, para, segundo o Comando Sul, "verificar as capacidades na luta contra as ameaças transnacionais".

Bolsonaro preocupado com as "semelhanças"

Após o encontro com o chefe da CIA, Bolsonaro deu declaração a seus apoiadores em que pareceu temer uma irrupção popular no Brasil similar àquelas que ocorrem no Chile, Peru, Colômbia e na Bolívia. "Não vou dizer que isso foi tratado com ele (Burns), mas a gente analisa na América do Sul como estão as coisas", disse Bolsonaro. E prosseguiu: "Na Venezuela a gente não aguenta falar mais, mas olha a Argentina. Para onde está indo o Chile? O que aconteceu na Bolívia? Voltou a turma do Evo Morales. E mais ainda: a presidente que estava lá no mandato tampão está presa, acusada de atos antidemocráticos. Estão sentindo alguma semelhança com o Brasil?"

Memória

PELA VOLTA DO MONOPÓLIO ESTATAL DA TELEFONIA

FHC (com o Congresso dos picaretas) quebrou o monopólio estatal nas telecomunicações, na exploração do subsolo, na exploração do petróleo. (...) Desenvolve-se desde o final do ano passado, em todo o Brasil, uma campanha pelo fim do PND (lei das privatizações), pela reestatização das empresas leiloadas pelos governos Collor, Itamar e FHC. A coleta de assinaturas se dá em apoio a um projeto de lei do deputado federal Luiz Eduardo Greenhalg (PT) (...). Nesse momento de unidade de todos para barrar o leilão da Telebrás, as exigências de revogação da emenda constitucional que quebrou o monopólio estatal das telecomunicações e de revogação da Lei Geral das Telecomunicações ganham toda sua atualidade.

O Trabalho nº 440 - 9/7/1998

O TRABALHO

NENHUM VOTO EM FHC!

DEFESA DA TELEBRÁS

Por um Governo do PT contra o imperialismo e as multinacionais

DEFESA DA TELEBRÁS

CUT convoca em 21 de julho Dia Nacional de Luta contra a privatização

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Paulo Henrique

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Luta contra a reforma administrativa

Em ação conjunta, os três níveis do funcionalismo realizam encontro

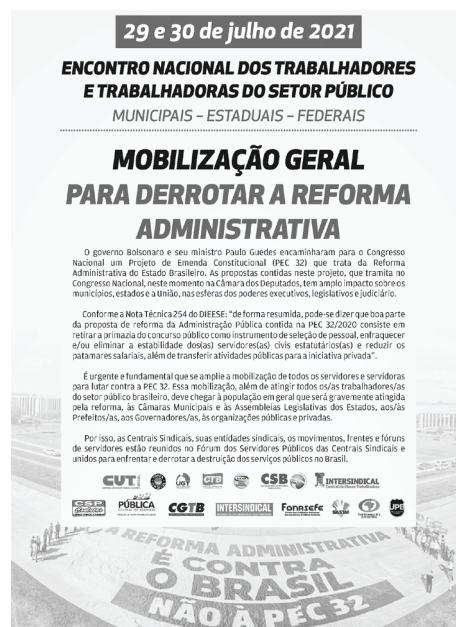
A CUT e demais centrais sindicais convocam para 29 e 30 de julho um Encontro Nacional de trabalhadores das três esferas do setor público (municipal, estadual e federal). O seu eixo é a mobilização para derrotar a reforma administrativa (PEC 32/2020) que tramita no Congresso e que o governo Bolsonaro pretende aprovar ainda em setembro na Câmara dos Deputados.

A reforma é um duro ataque aos serviços públicos e aos servidores, abrindo mais espaço para as Organizações Sociais (OSs) assumirem a gestão e execução de atividades que hoje são de responsabilidade do Estado. Além da terceirização, a PEC permite a criação de vouchers (cheques individuais para que se “compre” serviços no mercado) em substituição à saúde e educação públicas financiando, por exemplo, planos de saúde precários e de baixíssima cobertura.

A PEC 32 também acaba com o ingresso por concurso público e

a estabilidade para a esmagadora maioria das carreiras. Paulo Guedes, ministro da Economia, em audiência pública na Câmara, disse que só haveria concurso e estabilidade para as carreiras ditas “exclusivas de Estado”. Vale lembrar que juízes, parlamentares e militares estão fora da proposta. Policiais e algumas outras carreiras também tentam ficar de fora.

A mudança de nome - que antes era “carreira típica de Estado” - para “exclusiva”, tem um sentido. A educação e a saúde são direitos fundamentais inscritos na Constituição e obrigação do Estado. Mas, as carreiras de professor, médico, enfermeiro não são “exclusivas de Estado”, logo não se adequariam a este novo conceito. Essa foi a forma que o governo encontrou para reforçar o objetivo da “reforma”, que é acabar com serviços públicos concentrados em estados e municípios (cerca de 90% dos servidores), em grande maioria nas áreas da saúde e da educação, com salários



mais baixos.

Reforçar mobilização rumo à greve

A luta vem crescendo, com a participação nas manifestações “Fora Bolsonaro” de sindicatos de servidores com faixas ligando a luta contra a PEC-32 ao fim deste governo. Mas

também é verdade que a mobilização na base das categorias ainda não é suficiente para barrar a reforma. Grande parte dos servidores municipais e estaduais ainda não viram que são justamente eles os maiores alvos. A responsabilidade é das direções sindicais em acelerar o diálogo com esses trabalhadores.

Mesmo sob pressão, a PEC segue seu curso. Não serão as denúncias da CPI da Covid, ainda que mostrem a corrupção no governo Bolsonaro, nem o seu desgaste com sua gestão da pandemia, que serão suficientes para atrasar a votação da PEC 32. O aumento dos lucros dos bancos, a blindagem oferecida pela cúpula das forças armadas e o compadrio do judiciário, permitem ao governo avançar na destruição dos serviços públicos. Só a mobilização das três esferas pode derrotá-la, o que exige a construção de um Dia Nacional de greve e mobilizações, que deve ser preparado desde já.

Marcelo Carlini

Nota de centrais na linha de “frente amplíssima”

Publicada após os atos de 3 de julho, essa nota a CUT não assinou...

Em 7 de julho veio a público uma nota dos presidentes da Força Sindical, UGT, CSB, CTB, Nova Central, CGTB e Pública.

Intitulada “24 de julho: unir o país por auxílio emergencial de 600, vacinas, emprego e democracia”, a nota inicia evocando o “espírito das Diretas Já em 1984”, para propor unir “todos e todas que hoje levantam a bandeira da vida, da vacina, da democracia e do Estado de Direito” contra Bolsonaro.

A nota, inspirada na política de “frente ampla” que tem como campeão o PCdoB, ainda que assinada por centrais sindicais, não levanta reivindicações da classe trabalhadora (salvo referências genéricas ao desemprego e aos 600 reais) e ainda afirma: “Não nos interessa que tais

manifestações sejam atribuídas apenas a um segmento da sociedade. Que sejam manifestações de um país, de uma nação!”.

É quase um apelo à participação do PSDB e de “todos” políticos, governadores, prefeitos que queiram afastar Bolsonaro da presidência nos atos de rua. Registre-se que na mesma semana, grupos direitistas como MBL e “Vem pra rua”, que estão pelo impeachment, anunciaram que fariam manifestações próprias em setembro.

Em relação com a “amplitude” que defende para o movimento, a nota dessas centrais - que não foi endossada pela CUT - denuncia “casos de pura intolerância e autoritarismo por parte de militantes do Partido da Causa Operária (PCO)” na Avenida

Paulista em 3 de julho.

Nós, que não endossamos a ação de militantes do PCO, apenas constatamos que jogar tanta luz nesse episódio isolado atende ao objetivo expresso pela nota: unir no mesmo palanque - daí o paralelo com as “Diretas Já” de 37 anos atrás, que o MDB à época abandonou para ir ao Colégio Eleitoral da ditadura - partidos, governadores, prefeitos e parlamentares que sejam pelo impeachment de Bolsonaro. Imagine-se a reação de milhares de manifestantes se, por exemplo, Aécio ou Dória falassem no carro de som na Avenida Paulista!

Golpear juntos, marchar em separado

Aqui cabe recordar a política de Frente Única, adotada pela 3ª

Internacional antes da sua degeneração stalinista, que utilizava a fórmula “golpear juntos, marchar em separado”.

Vale dizer, uma coisa é votar junto com setores de direita o impeachment de Bolsonaro - se é que o atual Congresso vai permitir tal coisa - outra, é apagar as nossas bandeiras e reivindicações - Fim do governo Bolsonaro, contra as privatizações e a reforma administrativa, por exemplo - em mobilizações de rua, em nome de generalidades como “um país democrático e justo”, como faz essa nota de centrais, dividindo palanque com os golpistas de ontem, que querem afastar Bolsonaro e manter a política do seu governo.

Lauro Fagundes

Em agosto eleições no Sintrasem

Servidores de Florianópolis vão às urnas nos dias 11 e 12

O Sintrasem - sindicato dos servidores municipais da capital catarinense - realiza eleições para a sua diretoria nos dias 11 e 12 de agosto. Três chapas foram inscritas: a Chapa 1, “Unidos seguimos na luta”, da atual direção; a Chapa 2, “Experiência e Luta” (ligada à Esquerda Marxista do PSOL); e a Chapa 3,

“Agora só falta você” (ligada à Conlutas e CTB).

A atual direção do Sintrasem liderou importantes mobilizações e greves da categoria, inclusive nas condições difíceis da pandemia, seja na Comcap (empresa de limpeza pública), seja junto aos professores da rede municipal e outros setores

de sua base. A Chapa 1 pretende continuar esse trabalho, reconhecido como um dos mais importantes dentre os sindicatos cutistas do estado. Seu programa, além das reivindicações próprias da categoria, inclui Fora Bolsonaro, a defesa dos serviços públicos contra a PEC-32, a luta contra as privatizações, além

da manutenção do Sintrasem como entidade filiada à CUT.

Contando com um respaldo importante na sua base, a Chapa 1, “Unidos seguimos na luta”, merece o apoio e a solidariedade de todos e todas que defendem um sindicalismo independente e de luta!

Correspondente

3 de julho reafirmou: ocupar as ruas para pôr fim ao governo

Antecipada, a manifestação ocorreu em todo país com atos de massa



Não foi a surpresa do 29M e não tão grande como o 19J, mas a jornada de 3 de julho, mesmo com pouco tempo de preparação, confirmou a tendência irreversível de manifestações de massa pelo fim do governo Bolsonaro.

A campanha Fora Bolsonaro – que reúne as frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, centrais sindicais, partidos de oposição e movimentos populares – havia convocado manifestações para 24 de julho. Com a entrega do “super-pedido de impeachment” em 30 de junho no DF – na qual participaram até direitistas rompidos com Bolsonaro – os partidos pediram para antecipar os atos para 3 de julho, com centro no “impeachment já”.

Centenas de milhares de manifestantes foram às ruas em mais de 300 cidades, desta vez com maior presença de sindicatos e militância partidária. Enquanto nos carros de som lideranças falavam de impeachment, as palavras de ordem que

vinham dos manifestantes não passavam por esse “buraco de agulha” institucional. Ouviu-se palavras de ordem como “fora Bolsonaro e Mourão”, “fora com todo o governo”, e, em particular a das colunas do Diálogo e Ação Petista que “pegou” na massa – “Ninguém aguenta mais! Fora Bolsonaro e seus generais!”.

“Não há ilusão no atual Congresso”

A CUT, cuja executiva hesitava em jogar toda a força nos atos de rua, reuniu a sua Direção Nacional em 1º de julho. A resolução por ela adotada afirma:

“Não há ilusão de que o atual Congresso, que acaba de aprovar a privatização da Eletrobrás e que aplica medidas a favor dos grandes empresários, cuja maioria reacionária sustenta o governo, sob tutela militar, votará o impeachment de Bolsonaro a não ser com muita mobilização e pressão social. (...) A saída da crise virá da mobilização popular e da classe trabalhadora.

Nossa prioridade é ampliar a politização de nossas bases e a mobilização nas ruas. O centro da atuação política da CUT é ‘FORA, BOLSONARO E SEU GOVERNO!’, acompanhado de nossa pauta sindical prioritária, associando as lutas específicas com a defesa da democracia.”

Um avanço para engajar toda a base cutista nas mobilizações de rua, o que deve se expressar nos atos de 24 de julho. Mas, como se busca “consenso” no “fórum das centrais” com a Força Sindical, UGT, CTB e outras, a orientação de “Fora Bolsonaro e seu governo” fica sob pressão de ser reduzida ao “impeachment já”. Aliás, foi o que ocorreu no texto adotado pela Campanha Fora Bolsonaro em 12 de julho, que convoca os atos do dia 24.

Preparar a Greve Geral

Nessa reunião da DN-CUT também

Julio Turra

ALERTA: “MINIRREFORMA TRABALHISTA” REAPARECE NO CONGRESSO

A Medida Provisória (MP) de novo programa de redução de salário e jornada está prevista para votação em agosto. O relator da MP, dep. Christino Áureo (PP-RJ), incluiu no texto a “mini-reforma trabalhista” de Paulo Guedes que havia caducado em 2019. A ideia é tornar o programa de suspensão de contrato e redução de salário e jornada permanente, podendo ser usado regionalmente – em municípios e estados – em caso de “calamidade”.

É abrir a porteira de vez para a redução de salários, bastaria uma enchente para adotar tal programa numa região! O relator inclui ainda a “carteira verde amarela” para jovens (18 a 25 anos) e maiores de 55 anos, reduzindo o recolhimento para o FGTS do trabalhador. O que chama a CUT e demais centrais, ao invés de ficar propondo “comitê de gestão da crise com todos os poderes”, a mobilizar suas bases para barrar mais essa paulada nos direitos trabalhistas!

Em defesa dos Correios, não à privatização!

Ato de 13 de julho, em Brasília, reafirma disposição de luta

A Fentect-CUT (federação nacional dos trabalhadores dos Correios) convocou um ato público nacional em Brasília em 13 de julho, em defesa da Empresa de Correios e Telégrafos pública (ECT), contra a sua privatização pretendida pelo governo Bolsonaro e seu ministro da Economia, Paulo Guedes.

Vinte sindicatos estaduais filiados à Fentect enviaram seus representantes à capital federal onde, ao lado de representantes da CUT e de outras categorias solidárias com a luta, manifestaram-se na Esplanada dos Ministérios, exigindo do Congresso a rejeição do projeto de lei de privatização dos Correios.

Projeto que estava pautado para votação na data da manifestação, mas que pela pressão dos trabalhadores

e seus sindicatos, acabou sendo retirado da ordem do dia. Entretanto ele continua pairando como uma ameaça ao patrimônio público que são os Correios.

A ECT atende mais de cinco mil municípios de norte a sul do país e sua privatização traria enormes prejuízos para o povo.

Cerca de cem mil trabalhadores ecetistas podem vir a ser demitidos se ocorrer a entrega dos Correios à iniciativa privada, somando-se aos 15 milhões de desempregados já existentes no país.

Todos sabem que as empresas privadas que vierem a assumir os serviços postais hoje prestados pela ECT, caso ocorra a privatização, vão aumentar os preços e, em nome da rentabilidade, irão fechar muitas

agências país afora. E isso quando a empresa pública dá lucros (em 2020 de R\$ 1,5 trilhão). Até a Procuradoria Geral da República opinou junto ao STF que é inconstitucional a privatização total dos Correios.

Unidade em defesa das estatais

Bolsonaro e Guedes querem entregar nossas estatais para as empresas privadas, assim como foi feito com a Eletrobrás. Também são alvos, além dos Correios e a Petrobrás, outras empresas públicas.

O que exige unidade de todos os sindicatos e setores que defendem o patrimônio público e a soberania nacional contra essa pirataria das privatizações.

É preciso partir de uma ação unitária, ir à população denunciar o que

iniciou-se a discussão sobre a preparação de uma greve geral pelo fim do governo Bolsonaro. Acordou-se que ela deve prosseguir, envolvendo todos os níveis da central. A resolução, já citada acima, indica: “Para isso é essencial avançar na construção de unidade e mobilização para um Dia Nacional de Luta com paralisações no mês de agosto, a partir da agenda de lutas dos Servidores Públicos” (ver pág. 4).

Sim, a classe trabalhadora deve entrar nas mobilizações por “Fora Bolsonaro” com seus próprios métodos de luta – paralisações e inclusive uma greve geral – para além de participar de forma organizada, levantando as suas reivindicações próprias, nas manifestações de massa, como a próxima convocada para 24 de julho.

João B. Gomes

2ª PLENÁRIA NACIONAL: FORTALECER A LUTA! NINGUÉM

Participantes marcam o próximo ponto de encontro

A 2ª Plenária Nacional do Diálogo e Ação Petista, realizada no último 10 de julho, contou com a presença de 690 militantes na sala virtual, mais 85 que assistiram pelo facebook. Foram 22 estados presentes. Todos empenhados na luta e em “agir como o PT agia”, o que foi ressaltado pela companheira **Misa Boito**



na abertura. Os números expressam bem o crescimento do DAP, a importância de sua atuação na conjuntura e a responsabilidade que

aumenta.

Nestas duas páginas, estão um resumo das intervenções dos dirigentes do DAP, dos convidados e do plenário, bem



como um chamado a reforçar a participação do DAP nas manifestações do próximo dia 24 de julho.

Ao final das intervenções, o companheiro **Luiz Eduardo Greenhalgh** apresentou uma síntese, e foi aprovada a divulgação e uma Declaração da Plenária, cujos trechos principais publicamos.

A PALAVRA AO PLENÁRIO

Militantes do DAP e convidados ressaltam disposição de luta

As intervenções do plenário, por parte de militantes do DAP e convidados, formaram um rico painel da luta de classes neste momento que o país atravessa. Os militantes trouxeram suas experiências de luta e sua compreensão de que com este governo não dá. É preciso abrir uma saída política por fora e contra essas instituições.



O deputado federal **Vicentinho** (PT-SP), falou da luta contra as privatizações e contra o governo genocida. Depois de elogiar a plenária, garantiu que repercutirá as posições do DAP no Congresso.

Aline, dos movimentos de moradia de Vitória da Conquista (BA), contou que nas panfletagens feitas pelo DAP nas portas de fábrica, comunidades, e nas ruas, “estamos chamando o povo a derrubar este governo”.

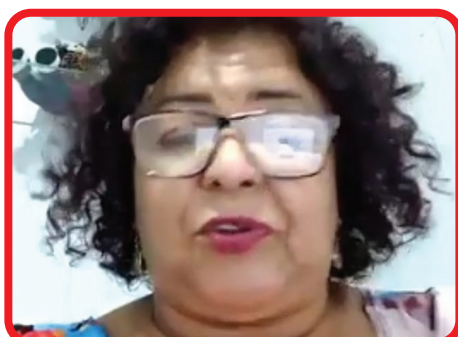
Emerson Andrade, do SindEletro de Minas Gerais, disse que o deputado Betão, do DAP, tem contribuído muito na luta contra a privatização da Eletrobras. Acrescentou haver indícios de que a crise hídrica está sendo produzida artificialmente para elevar as tarifas.

O vereador **Renato Freitas**, de Curitiba, falou dos ataques que vem

sofrendo por parte da bancada bolsonarista e da ação policial que promove o genocídio do povo negro.

Um apelo a que todos se engajem na luta contra a privatização dos Correios foi feito por **André Neri**, do sindicato da categoria na Bahia. “Privatizar os Correios é ferir a soberania nacional”, afirmou.

Leda Vasconcelos, de Fortaleza, salientou a necessidade de fortalecer os grupos de base do DAP, pois “são eles que têm garantido a intervenção organizada nos atos fora Bolsonaro, a despeito da ausência organizada do PT”.



Madalena Torres, de Ceilândia-DF, deu o tom: “para tirarmos o país dessa desgraça (falta de vacinas, empregos; miséria), é preciso continuar a organizar a luta nas ruas pelo fora Bolsonaro e seus generais”.

Domingos Sávio, de Cuiabá, discorreu sobre a devastação do Pantanal e da Amazônia, por parte dos latifundiários e do governo Bolsonaro. Disse que é importante defender os órgãos públicos como o Ibama.

Os 13 anos do DAP (no início, Diálogo Petista) foram lembrados pelo ex-vereador **Lino Peres**, de Florianópolis, “para cumprir as lutas que

o PT foi abandonando e as pautas internacionais”.

Sobre a campanha de arrecada-



ção de alimentos do PT, **Adilson Souza**, do DM da Brasilândia, em São Paulo, foi taxativo: “O papel do PT não é fazer caridade, mas lutar para exigir do governo auxílio emergencial e outras reivindicações”. Depois de afirmar que não podemos ficar presos ao impeachment e às eleições, ele concluiu: “Só há uma saída: Fora Bolsonaro, Constituinte!”.

“É deprimente”, afirmou **Luiz Henrique Becker**, de Portão-RS, sobre os professores da rede estadual estarem há sete anos com os salários congelados e recebendo cestas básicas para sobreviver.

A vereadora **Cida Oliveira**, de Juiz de Fora-MG, afirmou que o povo, passando fome, não pode esperar até 2022.

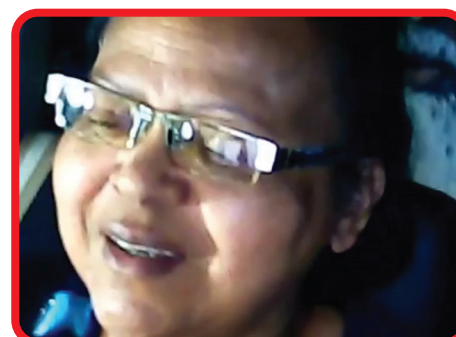
Em Volta Redonda-RJ, um projeto de lei de testagem em massa, de iniciativa do DAP, foi aprovado pela Câmara mas barrado pelo prefeito. **Natália Lopes** relatou também os atos contra o massacre de Jacarezinho.

A crise das universidades públicas, com profundos cortes em seus

orçamentos, foi o tema da fala de **Fábio Venturini**, da Adunifesp (São Paulo). Ele pediu um amplo debate sobre a questão, proposta que a mesa da Plenária encampou.

Ozirene, de Quixadá-CE, contou sobre a organização do DAP no Vale do Jaguaribe Sertão Central, e de como isso teve um papel importante na realização das manifestações. Já estão preparando o 24 de julho.

A luta contra as privatizações, particularmente dos bancos públicos, foi



o assunto da bancária **Suzi Rodrigues**, de Recife. Ela disse que o DAP ajuda neste debate. Terminou sua fala lembrando o histórico companheiro Edmilson Menezes, que nos deixou há alguns meses.

Maíra Centil, da executiva estadual do PT-Bahia, criticou as medidas do governador Rui Costa (reforma da Previdência, privatização da Embasa), e disse que o DAP luta contra e faz esse debate no interior do PT.

A luta pela moradia foi abordada por **Jairo Pereira**, de Contagem-MG, diante da disparada dos aluguéis e grande aumento o número de desabrigados. Disse ser necessária uma profunda reforma urbana e agrária.

ROL DE ACUSAÇÕES AO CAPITALISMO

O DAP atendeu ao chamado do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio-CILI, ao qual o DAP é aderente, para fazer um “Rol de Acusações

ao Capitalismo”, como se expressa em cada país. Duas contribuições já foram feitas, sobre o Brasil. Suzi Rodrigues, que

falou na Plenária Nacional, apresentou um texto que fala sobre a importância dos bancos públicos e a política do governo Bolsonaro de

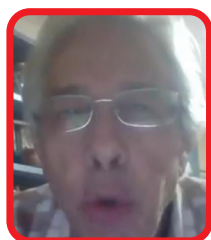
privatizá-los.

O ex-deputado federal Fernando Ferro, também de Pernambuco, elaborou um documento sobre a

importância estratégica do sistema elétrico estatal brasileiro e a política do capital financeiro de privatização.

NÃO AGUENTA MAIS, FORA BOLSONARO E SEUS GENERAIS

tro. Nas ruas, em 24 de julho, nas colunas do DAP



A plenária foi aberta com uma mesa que trouxe à discussão a resistência e a luta dos povos.

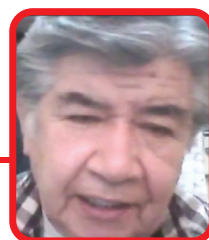
Júlio Turra, do

Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio-CILI, apresentou dois convidados: o companheiro Reda Soueid, militante da causa árabe-palestina, e Erwin Salazar, do Peru, também integrante do CILI.



Soueid afirmou que o levante de maio em toda a Palestina, inclusive dentro do Estado de Israel criado em 1948, “é um marco histórico”. Disse que cresce em vários países árabes a resistência contra o imperialismo, o sionismo e mesmo os governos árabes que apoiam Israel.

Erwin Salazar mostrou o cenário em que se deu a vitória eleitoral



de Pedro Castillo: “Os governos dos últimos 40 anos, todos submetidos ao FMI e ao imperialismo, destruíram o país, os direitos, os serviços públicos”. Disse que os levantes contra essa situação começaram em novembro de 2020: “Houve mais de 200 mobilizações, agrárias, sindicais, de juventude”. Contou que no segundo turno a direita se unificou em

torno da candidatura de Keiko Fujimori, e agora não quer reconhecer o resultado eleitoral: “Mas o povo está mobilizado para garantir a posse de Castillo em 28 de julho. Os manifestantes gritam ‘posse + Constituinte’ para romper com o imperialismo e fazer as reformas de que o povo necessita, dar voz ao povo”. Concluiu ressaltando a importância de fortalecer os laços internacionais da luta dos povos e o próprio CILI: “A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”.

“É PRECISO DIALOGAR E AGIR”, DIZ GENOÍNO

N a segunda mesa, apresentado por Luiz Eduardo Greenhalgh, o ex-presidente nacional do PT **José Genoíno Neto** referiu-se ao golpe de 2016 (cassação do mandato de Dilma), à prisão de Lula e à fraude eleitoral de 2018: “Este é o governo que a burguesia escolheu, a serviço do imperialismo, para destruir direitos e serviços públicos. Bolsonaro concentra o que é a burguesia brasileira, sua natureza”.

Porém, “este governo também é de crise. Lula recuperou seus direitos políticos e voltam as manifestações



de rua, desde o 1º de Maio. Saímos da defensiva”. Genoíno destacou que a luta é pelo fim deste governo e que é importante fazer essa discussão no PT. Ele insistiu que, além das medidas de emergência, temos de apontar reformas estruturais: tributação dos ricos, questão da autonomia do Banco Central, fim da PEC 95, revogar as privatizações e enfrentamento do imperialismo. Mas é necessário buscar apoio popular para essas reformas. Ele afirmou que, com esse programa, não pode haver frente ampla com o Centrão e que não podemos esperar deste Congresso que realize essas reformas.

Genoíno lembrou que Biden é o imperialismo e mencionou a visita de representante CIA ao Brasil. Disse que

a “boiada” continua a passar no Congresso, junto com medidas antidemocráticas, “a exemplo da Lei Antiterror, que lamentavelmente começou no nosso governo”. “Este governo precisa ser derrubado e novas instituições devem ser criadas”, concluiu.



Sokol: “golpear juntos, marchar separados”

Após a fala de Genoíno, Greenhalgh passou a palavra a

Sokol, membro do Comitê Nacional do DAP e da executiva Nacional do PT. Em sua intervenção Sokol

destacou a questão militar. “O que escancara o último episódio da CPI que Genoíno fez menção, e vários levantamos, Genoíno inclusive, nos debates do PT: a tutela militar sobre a República”. Falando da crise, e de setores que apoiaram Bolsonaro, agora se descolam, ressaltou: “Haverá dissidências? Sim, há e haverá cada vez mais. As trataremos com um princípio da Internacional Comunista à época do Lenin vivo, o princípio da Frente Única: ‘golpear juntos e marchar separados.’ Enfatizando a necessidade de reforçar a luta, retomou a questão da Constituinte. “E teremos um amadurecimento. Se teremos uma greve geral antes, ou um processo constituinte, ou se os dois vão culminar da desestabilização final do governo, a história dirá, e nossa iniciativa vai contar”.

REFORÇAR AS COLUNAS NO 24 DE JULHO

A Declaração da 2ª Plenária Nacional ressaltou a prioridade de alavancar luta acabar com o governo genocida. A próxima etapa já está marcada: dia 24 de julho.

Abaixo, trechos da Declaração das 2ª Plenária Nacional (leia a íntegra no site do DAP, www.petista.org.br)

Companheiras e companheiros, (...) Foram 690 presentes na sala e 85 acompanhando pelo facebook. Assim, 775 petistas contribuíram para dar força à plenária para o DAP seguir adiante!

Essa presença na nossa Plenária reflete, sem dúvida, o momento da situação política no Brasil, marcada pelas grandes e seguidas manifestações de rua em todo o país desde o

29 de maio, expressando a vontade popular de livrar-se, agora e já, do governo genocida e a serviço dos grandes capitalistas, sentimento que o DAP traduz na palavra de ordem “Ninguém aguenta mais! Fora Bolsonaro e seus generais!”.

(...) A Covid-19 acelerou e deixou a nu o papel nefasto dos governos que protegem o capital e atacam as conquistas e direitos dos trabalhadores e povos. O DAP, que é membro do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (CILI), faz suas palavras do convidado peruano à sua plenária, “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”, no Brasil e no mundo.

(...) Para o DAP só o povo liberta o

povo e por isso as mobilizações não devem parar. Ao contrário, devem se somar a outras ações do povo trabalhador, como paralisações, e abrir a via para uma greve geral, até que o governo genocida de mais de 530 mil brasileiros seja expulso do Palácio do Planalto.

A saída política virá da mobilização popular. Não temos ilusões que a maioria do atual Congresso – sob o comando de Lira e Pacheco – que sustenta o governo, sob tutela militar, votará o impeachment de Bolsonaro. (...) Não há nada mais urgente para deter a destruição da nação do que derrubar o governo Bolsonaro! Não podemos esperar as eleições de outubro de 2022, pois esse tempo, além

de mais mortes e destruição, será também usado pelo genocida para tentar realizar o golpe com que sempre sonhou.

A Plenária do DAP reforçou a perspectiva da Constituinte Soberana, diante do apodrecimento das atuais instituições (...) o momento exige a prioridade total da luta nas ruas para pôr um fim neste governo!

Este é nosso compromisso e para isso vamos reforçar as colunas do DAP em todo o país, nas mobilizações de 24 de julho. Todos e todas às ruas, vamos reforçar a luta, porque “ninguém aguenta mais, Fora Bolsonaro e seus generais!”

10 de julho de 2021
Diálogo e Ação Petista

A Constituinte Soberana motiva o DAP nas ruas

Um debate de fundo sobre os rumos na campanha Fora Bolsonaro

Reivindicamos a rebeldia do povo palestino, em particular da juventude, que recorreu à auto-organização; e a rebeldia dos peruanos - com destaque também para a juventude -, que desestabilizou o regime incapaz de proteger o povo na pandemia, causando a ascensão de Pedro Castillo fora do sistema, dando ao povo a esperança de uma Constituinte.

A pandemia dá um raio X mundial da incapacidade do sistema capitalista. Ela não é a causa da crise econômica, a qual é anterior, mas, mesmo assim, em país por país é utilizada como pretexto para “passar a boiada”: reduzir os direitos dos trabalhadores, violar os direitos dos povos, tudo para proteger a propriedade privada. Com a tolerância, ou até parceria, de dirigentes sociais que deveriam representar os trabalhadores. O que se agrava com as explosões sociais que pipocam, como na América Latina, e levou o FMI a propor um “consenso” (união nacional), para sustentar, na verdade, o sistema que busca um fôlego.

É diferente no Brasil do governo negacionista do Bolsonaro? Há diferenças, como há nos EUA entre o atual governo Biden e o anterior Trump. Mas elas não anulam o traço principal. Um exemplo é a “agenda legislativa” levantada por 10 centrais sindicais - CUT, CTB, Intersindical e Conlutas inclusive - para o Congresso Nacional convocar um Comitê Gestor dos três poderes contra a pandemia, portanto, com Bolsonaro mais o Judiciário e o Legislativo. Na contramão do que nós do DAP levantamos desde o Congresso do PT no 2º semestre de 2019 - a luta pelo fim do governo Bolsonaro.

República sob tutela militar

Vivemos uma democracia entre aspas. Há diferença entre a fase do PT no governo, a fase FHC, e a ditadura. Assim como há entre elas e a fase Temer-Bolsonaro. Mas é burro ignorar que, desde a “proclamação da República”, que foi um golpe militar, a realidade é a tutela dos militares sobre as instituições do Estado.

O que o episódio da semana na CPI da Pandemia escancarou é que, além dos generais “haitianos” - grupo, alojado no Planalto selecionado na equivocada missão brasileira no Haiti de 13 longos anos -, temos também a penca de coronéis, tenentes-coronéis e até cabo, enfim, a estrutura militar atravessada pelas máfias que dominam o Estado. Ela mesma integrando essas máfias



Coluna do DAP na Av. Paulista, dia 3 de julho

que desviam recursos, atrasam uma vacina para privilegiar outra onde podem ganhar dinheiro. E os políticos envolvidos são do PP e do DEM, os herdeiros da antiga ARENA. Assistimos “a volta dos que não foram” !?

Tivemos a “transição” da falsa anistia onde os oficiais não foram punidos pelo crime de tortura e assassinato, quanto mais agora vão aceitar punição pelo crime de corrupção !? Tal é o caráter da nota dos comandantes das três armas com o ministro da Defesa, que destratou um pobre Senador, presidente da CPI, que apelou para separar o “lado bom” do “lado podre” dos militares. Recebeu deles uma botinada: “nós somos um corpo só e não somos passíveis de investigação, nós mandamos nesse país”. Ao vivo e a cores, a tutela da República pelos militares!

PT à reboque

E quais foram as reações? A nota do Diretório com a bancada do PT no Senado fala coisas certas, mas fica aquém na responsabilidade de Pacheco, o presidente do Senado que não quis reagir em defesa da CPI e do Congresso. O PT ficou aquém de artigos de jornal. É que Pacheco foi eleito presidente com o apoio do Bolsonaro, e também da bancada do PT. Ela apoiou Baleia Rossi (MDB) na Câmara e Pacheco (DEM) no Senado. A justificativa para apoiar Baleia era “contra o tirano”, quando no Senado se apoiava... o candidato do tirano. Pacheco ganhou e contemplou a bancada em Comissões e cargos. O PT não está tá de rabo preso, mas ficará a reboque de Pacheco?

Precisou Bolsonaro dizer “caguei” pro Congresso Nacional para o TSE reagir, encadeando o STF, seguido por Pacheco. Reagiram ameaçando de impeachment, não pediram,

ameaçaram... Porque seu objetivo é conter Bolsonaro num limite e chegar às eleições de 2022 em 1 ano e 4 meses. Significa que não pode haver impeachment? Pode. Mas seria para dar posse ao vice-presidente general Mourão conduzir o processo eleitoral de 2022. Claro que cada um aqui votaria a favor do impeachment. Mas não vamos explicar ao povo brasileiro que vai solucionar os seus problemas - não vai!

Infelizmente a direção do PT está esperando outubro de 2022 para que caia no colo a Presidência. Mas não Bolsonaro que como um “bonaparte” - liderança aventureira, autoritária, por cima do parlamento - está operando, e não se descarta um golpe para melar as eleições. Por que não? Primeiro, as instituições querem lhe dar um ano e meio (que vai usar), e não há ainda mobilização de massas forte o suficiente para derrubá-lo. Segundo, os capitalistas podem se envergonhar do governo, mas tem lucros invejados no “mercado”: o número de bilionários no planeta no ano passado cresceu 10% mas no Brasil cresceu 50%. Se continuar assim até 2023, para eles vai bem.

Há dissidências? Sim, cada vez mais. Devem ser tratadas pelo princípio da Internacional Comunista à época do Lenin vivo, o princípio da Frente Única: “golpear juntos e marchar separados”. Quer dizer, se votar, votaremos o impeachment todos juntos, inclusive com o MBL. Mas organizar palanque com golpista não, não vamos confundir o povo, vamos juntar forças para chegar onde queremos chegar.

Por que uma Constituinte? - o debate

Não é democrático esperar 2022. Talvez para quem está com a vida

resolvida, mas para quem passa fome, sem emprego, sem vacina nem testagem, não há verbas para o SUS, cortaram as verbas da Educação etc. não é justo esperar mais um ano e meio.

O justo e o democrático é o respeito da vontade soberana do povo, com o fim do governo. Nós propomos colocar no lugar uma Constituinte, com um novo governo e Lula Livre.

Falar de Constituinte tem a ver com a rebeldia e o seu desenlace no Chile e no Peru. Há conflitos entre a soberania do povo e as instituições podres subordinadas ao imperialismo. Elas devem ser removidas para atender as demandas populares. Constituinte Soberana significa coragem para fazer as coisas que nos 13 anos não foram feitas. A tutela militar - o famoso artigo 142 - precisa ver removida, para um processo de reformas populares e transformações sociais. O debate é atualíssimo, porque tem muito mais povo na rua agora do que há três meses e porque a crise político-institucional é muito maior. O DAP precisa encontrar as formas de fazer o debate em reuniões, plenárias e encontros. Por que a Constituinte é o único caminho para justiça social e a soberania nacional? É o que motiva, inserido nas mobilizações por Fora Bolsonaro.

O próximo ponto de encontro é nas ruas dia 24, nas colunas do DAP. As colunas expressam uma posição própria, autônoma, dentro do PT, junto aos setores sociais e oprimidos polarizados pelo PT. Se a direção do PT não diz, o DAP diz claramente:

- Ninguém aguenta mais! Fora Bolsonaro e seus generais!

Resumo da fala de Markus Sokol na Plenária Nacional do DAP (v. págs. 6 e 7)

Obstrução da democracia

Governo morde, soluça e segue ancorado pelas instituições

Bolsonaro encontra-se internado. Diagnóstico: obstrução intestinal. O general Mourão, seu vice, está em viagem a Angola. Bolsonaro, internado, tuita contra o PT e está cercado pelos filhos, seus tentáculos para alçar-se a imperador, num caminho pavimentado pelos milicos. A crise prossegue.

A cada dia a CPI recheia de fatos o que era um segredo de polichinelo – crime de responsabilidade no enfrentamento da pandemia, corrupção praticada e acobertada por generais, etc. Generais, aliás, poupados. Afinal Pazuello, “peixe grande”, entrou na CPI, mentiu, debochou e saiu incólume. Ainda assim o presidente da CPI, Omar Azis, não foi poupado. Veio a nota das Forças Armadas contra a declaração que havia militares envolvidos nas falcatuas. O presidente do senado, Pacheco, ajoelhou-se aos militares. Depois tentou amenizar a sabujice, mas só para se manter no papel de sabujo.

O fato é que, com ou sem soluço, da boca de Bolsonaro não deixou de sair as ameaças e impropérios.

Se os médicos estão empenhados em resolver a obstrução intestinal diagnosticada, as instituições estão buscando garantir que a obstrução da democracia seja preservada. E o povo que se lasque! Sujeito ao desemprego, à fome e à contaminação e morte pela pandemia que –mesmo se há sinais de arrefecimento – mata mais de 1000 brasileiros por dia.

“Água na fervura”

Em 30 de junho foi entregue o

tal super pedido de impeachment. E o que diz Artur Lira, presidente da Câmara, antes mesmo de ler o pedido? “Nada de novo”. E depois completa dizendo que vai “botar água na fervura”, e não “querosene”. Pois segundo ele, “nós estamos trabalhando para manter o ambiente do Brasil estável (...) um ambiente votando as reformas. Agora vamos ter várias matérias importantes”. Brasil estável? Dispensa comentários. Matérias importantes? Como a privatização da Eletrobras (pioxada com os vetos do presidente) e agora dos Correios? Ou o avanço contra os povos indígenas, como o PL 490? Lira diz “eu não posso fazer esse impeachment sozinho”. Fazer não! Mas segurar sim, com os fatos recursos públicos garantidos por Bolsonaro!

Em 8 de julho, Bolsonaro volta a ameaçar, ao defender o voto impresso: “As eleições no ano que vem serão limpas. Ou fazemos eleições limpas no Brasil ou não temos eleições.” Isto depois de afirmar que “caga” para a CPI e lançar merda no ventilador contra ministros do Supremo Tribunal Federal. E o que faz o presidente do STF?

Estas instituições pariram Bolsonaro

No dia 12, Luiz Fux tem uma conversa com Bolsonaro, para dizer o “quão importante é para a democracia brasileira o respeito às instituições”. Acreditando que Bolsonaro entendeu o recado, anuncia uma reunião, marcada para o dia 14 e suspensa pela internação, dos

três poderes (com Bolsonaro, Fux, Pacheco e Lira, que turma, hein?) para, nas palavras de Fux, “fixarmos balizas sólidas para a democracia brasileira tendo em vista a estabilidade do nosso regime político”. Eis a chave da questão: a “estabilidade do regime político” que... produziu Bolsonaro! Instituições que são responsáveis, como o presidente e seus

generais, pela obstrução da democracia neste país. É por essas e por outras, seja no Chile ou Peru, que, ao se levantar, o povo trabalhador coloca na pauta a questão da Constituinte. É o regime que promove a obstrução da democracia! Para desobstruir é mobilização, é rua! Só o povo pode salvar o povo.

Misa Boito

“Deputados votam Lei que legaliza grilagem de terras”



NÃO AO PL 490!

Projeto de Lei, do deputado Homero Pereira (PR-MT), atende aos interesses dos ruralistas, submete e expõe a população indígena à grilagens, expulsões, à especulação imobiliária e econômica das suas terras. Ele abre espaço para a exploração hídrica, energética, mineração e garimpo, expansão da malha viária, caso haja interesse do governo, e libera a entrada e permanência das Forças Armadas e Polícia Federal, sem a necessidade de consultar as etnias que ali habitam. O PL tem sido objeto de protestos e deve ser rechaçado por todos que defendam os direitos dos povos indígenas do nosso país.

A suspensão de patentes de Aécio

O projeto aprovado não é a revolução nem sequer uma reforma

A Câmara dos Deputados aprovou por 425 contra 15 votos, no último dia 6, o substitutivo do deputado Aécio Neves (PSDB) que permite ao governo a “quebra de patente” para produzir vacinas em caso de calamidade reconhecida pelo Congresso Nacional. O líder de Bolsonaro na Câmara simulou ser contra, mas não tem mais de 15 votos... O projeto oriundo do Senado sofreu algumas mudanças, por isso volta para lá.

A imprensa explica que o texto prevê uma licença compulsória temporária. A “quebra” não poderá trazer prejuízo aos direitos do titular – no período, o detentor da patente receberá o valor de 1,5% do preço líquido de venda do produto associado (o líder do PT, deputado Bohn-Gass propunha 3%...). Não entram patentes objetos de acordo

de transferência da tecnologia de produção ou de licenciamento voluntário “se capazes de assegurar o atendimento da demanda interna”.

A lei de patentes (Lei 9.279/96) será alterada para garantir a exportação do produto por “razões humanitárias”, nos termos de tratados internacionais. O país deverá, ainda segundo o projeto, se esforçar junto à Organização Mundial da Saúde (OMS) para viabilizar o acesso a vacinas de combate a “crises de saúde”.

Fica implícito que o efeito será para as próximas crises, pois a legislação internacional ainda demora, e mesmo a adaptação das nacionais.

“Bem comum” no capitalismo é isso aí

Não se trata de uma revolução nem de uma verdadeira reforma que toque na propriedade, como se deduz da quase unanimidade na

Câmara. Afinal, uma expropriação (nacionalização ou estatização) teria que atingir as matrizes nos países-sede dos trustes farmacêuticos que detêm a tecnologia.

Na verdade, a medida da Câmara se encaixa como uma luva nas negociações em curso há seis meses na OMS, na OMC (Organização Mundial do Comércio) e no G20.

Nossos leitores recordarão nosso questionamento aos manifestos pela “vacina bem comum da humanidade” através da dita quebra de patentes, lançados por uma multidão de ONGs, Centrais sindicais, líderes políticos de direita e esquerda, como Melenchon, Lula e outros, bandeira que o próprio Biden integrou.

Deu nisso.

FMI presente!

A OMC se declarou preocupada

com as revoltas por falta ou atraso de vacinas e pediu a facilitação, justamente, dos “acordos de transferência de tecnologia ou licenciamento voluntário”. Para tanto, o FMI, agora com apoio de Biden, tomou uma medida: a emissão até agosto de US\$ 650 bilhões de Direitos Especiais de Saque aos países membros para “acelerar o acesso dos países pobres à vacinas” (Valor 12/06). Nesse pacote de financiamento, os países “emergentes” receberão US\$ 274 bilhões (o Brasil US\$ 15 bilhões) e os “pobres” US\$ 21 bilhões. Mas o G20 pediu que os países “ricos” disponibilizem US\$ 100 bilhões da sua parte para socorrer os “mais pobres”.

Essas são as relações de poder no capitalismo, com mais de 4 milhões de mortos no mundo, 536 mil no Brasil.

João Alfredo Luna

Governança mundial em nome do bem comum?

Resolução da OIT pretende ser um programa consensual que reúna patrões, governos e sindicatos

A conferência internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovou, em 17 de junho, “resolução sobre um apelo mundial à ação para uma recuperação centrada no humano, que seja inclusiva, sustentável e resiliente para sair da crise da Covid-19”.

A resolução pretende ser um “programa abrangente” e consensual, que reúna patronato, governos e sindicatos para definir o mundo pós-Covid-19, aplicável a todos e em toda a parte. Essa iniciativa merece reflexão e discussão. Com a pandemia, estaríamos todos no mesmo barco?

“A paz social é uma tarefa difícil.” Foi o que disse Guy Ryder, diretor-geral da OIT e ex-secretário-geral da Confederação Sindical Internacional (CSI), enquanto o Banco Mundial e o FMI manifestaram seus mais vivos receios sobre o risco de explosões sociais.

Isso esclarece o contexto e o propósito da resolução adotada. Essa conferência não tem nada a ver com o estabelecimento ou o monitoramento da aplicação de normas internacionais do trabalho, consagradas em convenções internacionais sujeitas a ratificação pelos Estados. (...)

Salienta-se que “a OIT cooperará



com outras instituições multilaterais para organizar um fórum político de grande escala”. As modalidades do fórum ainda não foram especificadas, mas nele as organizações de trabalhadores, ao lado de ONGs, poderiam estar amplamente envolvidas para consolidar o consenso.

As recomendações da resolução têm como destaque o “aproveitamento das oportunidades oferecidas pelas transições digitais e ambientais justas”, o desenvolvimento do “teletrabalho e outras novas modalidades de trabalho”, a determinação de “pisos de proteção social” mínimos... o que está muito longe da ratificação e aplicação da Convenção nº 102 sobre Seguridade Social! (...)

O papa e Biden

O discurso do papa na tribuna da OIT foi, no mínimo, sem

precedentes. Sua intervenção teve por objetivo apoiar “um programa de trabalho internacional para o pós-Covid”. Ele disse: “A pandemia nos ensinou que estamos todos no mesmo barco e que só juntos poderemos sair da crise”.

A doutrina social da Igreja apresenta-se para defender a associação capital-trabalho em escala mundial: “É uma missão essencial da Igreja chamar todos a trabalhar juntos com os governos, as organizações multilaterais e a sociedade civil para servir ao bem comum e garantir a participação de todos neste esforço”.

Guy Ryder sublinhou: “Estou certo de que o papa Francisco nos inspirará e guiará em nossa missão de construir um mundo do trabalho inclusivo, justo e sustentável”.

Joe Biden também falou. Foi apenas a terceira vez na história que um presidente dos Estados Unidos interveio na OIT. Os EUA ratificaram um número ridículo de convenções, e não aquelas sobre liberdade de associação e de negociação. Portanto, sua participação deve-se a circunstâncias e implicações excepcionais. “America is back” (A América está de volta), segundo Biden: trata-se de assumir a liderança de um pretenso “polo

progressista” por uma governança mundial.

É a razão pela qual ele deu seu apoio aos trabalhos da resolução da OIT neste contexto. “Precisamos construir economias que incluam todos”, declarou.

CSI, pivô da operação

A CSI se deu como objetivo trabalhar para a realização de uma governança mundial da globalização, que envolva as instituições internacionais, os governos, a sociedade civil (ONGs), o patronato e os sindicatos. Uma forma de associação capital-trabalho em escala mundial. (...)

Contra a catástrofe climática que se avizinha, milhões e milhões de empregos deverão desaparecer: esta é a lógica por trás da declaração da OIT, apoiada pela CSI, sobre as “transições ambientais justas”. Isso seria inevitável... em nome do bem comum que é o planeta.

Os selos “sustentável”, “inclusivo”, “justo”, “humano” e outros de mesmo conteúdo devem, segundo seus inventores, acorrentar as organizações e silenciar as reivindicações dos trabalhadores.

Jacques Diriclet, do jornal francês “Informations Ouvrières”,

Tsunami de abstenção eleitoral atinge a França

Dois de cada três eleitores não foram às urnas no pleito regional do mês passado

As eleições regionais na França registraram verdadeiro tsunami de abstenções. De cada três eleitores, dois não foram votar no segundo turno, em 27 de junho, índice semelhante ao do primeiro, uma semana antes. A imprensa francesa registrou a amplitude do choque representado pelo resultado.

No jornal “Le Figaro” (21/6), pode-se ler: “É principalmente o nível de abstenção que se destaca como o grande vencedor das eleições. É histórico. No total, 68% dos eleitores não foram às urnas no domingo. Uma queda dramática em comparação com as eleições regionais de 2015, quando a abstenção chegou a 50,09%, e as de 2010, quando foi de 53,67%”.

Há uma preocupação nas cúpulas com essa situação, expressa claramente por um editorialista do mesmo jornal, segundo o qual “é o sinal de uma verdadeira ruptura do quadro democrático, o testemunho



irrefutável do descrédito que atinge todos os partidos tradicionais, em primeiro lugar o de Emmanuel Macron”.

Nas eleições anteriores, a abstenção teve como conteúdo principal a punição aos partidos no poder. Agora, o significado é mais amplo. Quando 33 milhões de eleitores não comparecem às urnas, isso exprime o fato de que a grande maioria da população não espera nada, não vê solução nas eleições, nas instituições,

no sistema atual.

Todos os partidos atingidos

Agitava-se antes o perigo da extrema direita, representado pelo RN, partido de Marine Le Pen, para passar a ideia de que, no segundo turno da futura eleição presidencial, a população teria

como única alternativa um duelo entre Macron e Le Pen. Esse roteiro também foi abalado pela onda de choque da abstenção em massa, que não poupou ninguém.

Se todos os partidos foram duramente atingidos, o desastre é particularmente grande para o partido de Macron (LREM), relegado a níveis humilhantes. O chefe de Estado não representa mais do que 3% dos eleitores no segundo turno.

E é este governo ultraminoritário

na população, isolado, que pretende manter a sua política destruidora das conquistas sociais e democráticas. De acordo com o sindicato FO, mais de 1.800 leitos hospitalares foram fechados de janeiro a março deste ano. O governo está dismantando o que resta do sistema público de acesso ao ensino superior. Financia com bilhões de dólares os planos de corte de salários, destruição de empregos e de conquistas coletivas, exigidos pelos grandes grupos financeiros.

A questão é saber como o movimento operário transformará o que foi o resultado das eleições regionais em ultimato dirigido ao governo. Há uma raiva profunda, expressa em greves, manifestações, assembleias. Não é ainda algo generalizado, mas esses conflitos dão uma indicação do movimento de fundo que amadurece na classe trabalhadora, na juventude e em amplas camadas da população.

Correspondente

O povo cubano é que deve decidir seu destino!

AcIT publica declaração sobre a nova situação em Cuba

Com o título “Mais do que nunca, fim imediato do bloqueio dos EUA a Cuba! Somente o povo cubano deve decidir seu destino! Fora com as patas imperialistas de Cuba!”, o Acordo Internacional dos Trabalhadores (AcIT), publicou uma declaração que reproduzimos abaixo.

“No domingo, 11 de julho, milhares de manifestantes saíram às ruas de várias cidades de Cuba pedindo alimentos, vacinação e gritando ‘liberdade’. Um movimento nunca visto nas últimas décadas.

Não era segredo para ninguém que a situação econômica e social da ilha era dramática. O próprio presidente de Cuba, Díaz Canel, admitiu os problemas existentes, ao dirigir-se ao povo cubano pela televisão em resposta às mobilizações ocorridas, atribuindo-os ao criminoso bloqueio econômico decretado pelo imperialismo estadunidense durante 60 anos. Bloqueio mantido por sucessivos governos instalados em Washington, democratas ou republicanos, mesmo durante a atual pandemia de Covid-19.

Cuba vive enormes dificuldades econômicas - o PIB teve queda de 8%



Manifestação na cidade de San Antonio de los Baños em 11 de julho

em 2020 - acentuadas pela pandemia (queda do turismo, retração dos financiamentos da China, além da intensificação do bloqueio no governo Trump). O governo cubano, desde janeiro deste ano, iniciou reformas econômicas que prevêm o fim dos subsídios e ajudas ao consumo popular e às empresas públicas, a introdução de novas tabelas salariais e medidas de abertura ao investimento estrangeiro. Ao anunciá-las, Díaz Canel disse que ‘esta tarefa não é isenta de riscos’, como que prevendo o descontentamento popular e as tensões sociais que poderiam provocar.

Obviamente, o atual representante do imperialismo dos EUA, Joe Biden, que

não afrouxou o bloqueio contra Cuba, quer cavalgar qualquer manifestação de insatisfação com a situação que assola o povo cubano para seus próprios fins, falando cinicamente de ‘democracia’ ao mesmo tempo que dá todo apoio à política racista e repressiva do Estado de Israel e à monarquia da Arabia Saudita, para ficar em dois exemplos.

Cinicamente também, os governos e instituições europeias, enquanto aumentam a legislação repressiva em cada país, pretendem dar lições de democracia ao povo cubano, submetendo-se às exigências e ditados do imperialismo dos EUA no seu bloqueio contra Cuba.

Os governos latino-americanos a

serviço de Washington, como os do Brasil, Chile, Colômbia, confrontados com as mobilizações de seus próprios povos contra eles, fazem coro a Biden clamando ‘contra o comunismo’. Da mesma forma, a direita peruana, derrotada pelo povo que elegeu Pedro Castillo presidente, destila seu ódio a Cuba.

O Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (AcIT) se posiciona incondicionalmente contra o bloqueio econômico a Cuba e defende as conquistas da revolução cubana. Defende, ao mesmo tempo, que só ao povo cubano compete decidir o seu destino, com todos os direitos de manifestação, expressão e organização que defendemos para todos os povos do mundo, sem nenhuma interferência do imperialismo.

Sobre essas bases, estamos dispostos à ação comum pelo fim imediato do bloqueio econômico dos EUA a Cuba - ainda mais criminoso em tempos de pandemia que vivemos - e pela defesa da soberania do povo cubano, contra qualquer agressão ou ingerência imperialista."

13 de julho de 2021
Julio Turra, membro da coordenação do AcIT

Peru: que se proclame Castillo presidente e venha a Constituinte!

Direita não reconhece resultado e povo se mobiliza para fazer valer o seu voto

A situação no Peru segue, até o momento, pendente da proclamação de Pedro Castillo como presidente. A elite ao redor de Keiko Fujimori multiplicou recursos para anular o resultado na justiça eleitoral, mas até os observadores da OEA afirmaram a lisura do pleito. Agora, tal como fez Trump e já anuncia Bolsonaro, ela agita a “fraude” e diz que não vai reconhecer Castillo, mesmo se ele tomar posse oficial em 28 de julho, quando começaria o seu mandato. Abaixo trechos do suplemento do jornal “El Trabajo”, deste mês de julho, tribuna livre na qual participam os nossos camaradas peruanos.

Continuar a mobilização pela proclamação de Pedro Castillo

“O anúncio feito pelo presidente Pedro Castillo de que ‘em 28 de julho vamos colocar diante do Congresso o primeiro pedido do povo, a imediata instalação da Assembleia Nacional Constituinte’, aumentou a raiva da coalizão fujimorista e partidos da burguesia



Lima, 14 de julho, as ruas são ocupadas por manifestantes em apoio à posse de Pedro Castillo

e do imperialismo, que têm como principal operador no plano internacional Mario Vargas Llosa (renomado escritor que vive em Madri, NdT).

A coalizão fujimorista expôs abertamente seu plano golpista num comício: ‘não vamos aceitar a fraude, nem reconhecer um presidente nulo; vamos formar um governo de transição de aliança civil-militar, com o aval do Congresso, que convoque novas eleições’.

Que democracia e governabilidade (referência ao nome da frente formada em defesa da posse de Castillo, mas que busca moderar seu programa eleitoral,

NdT) os trabalhadores e o povo oprimido estamos chamados a defender? Ela nunca existiu e não existe hoje. Ela está para ser construída através da luta dos comandos e comitês unitários, sindicatos e organizações populares, as direções regionais e nacional da CGTP, por Pedro Castillo presidente e uma Assembleia Constituinte Soberana.

Para impor essa vontade majoritária do povo, é preciso constituir Assembleias Populares nos distritos, províncias e regiões de todo o país, unificando representantes de sindicatos, ‘ronderos’ (organizações camponesas de auto-defesa, NdT), organizações populares e da juventude, preparando assim, desde as bases, uma Assembleia Nacional Popular que potencialize a exigência, diante da podridão das atuais instituições, da Constituinte.

Um passo que é uma referência

Um passo nessa direção foi dado na Assembleia Popular de Lambayeque (norte do país, NdT), de 10 de julho último, que votou por fortalecer o

Comando Regional Unitário, por relançar a batalha pela Assembleia Nacional Popular e ratificar a luta pela convocação da Assembleia Constituinte Soberana que resolva os problemas fundamentais do país. É uma referência para fazer o mesmo em todo o país.

Trata-se de enfrentar os golpistas com as armas que os trabalhadores e o povo dispomos: a independência de classe, a frente única mais ampla, a mobilização nas ruas, as jornadas de luta, a paralisação nacional e a greve geral de todos trabalhadores e do povo se necessário. Nada temos em comum com a ‘democracia e governabilidade’ dos partidos que arruinaram o país e declararam guerra ao povo.

Pedro Castillo disse, com toda clareza, que governará com as organizações dos trabalhadores e do povo, que em seu governo ‘o poder popular estará por cima do poder político e econômico’, que ‘só o povo salva o povo’, o que equivale a dizer que ‘a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores’.

Correspondente

Por um Haiti soberano e democrático!

Posição do grupo Moleghaf sobre o assassinato do indiciado Jovenel Moïse

Na quarta-feira, 7 de julho de 2021, por volta das duas horas da manhã, o presidente de facto do Haiti, Jovenel Moïse, foi assassinado por homens experientes e fortemente armados, em sua residência particular no bairro de Pélerin, na capital Porto Príncipe.

Esse assassinato é mais um cenário bem organizado e montado pelas mesmas máquinas de violência que o imperialismo lança sobre as massas oprimidas, a classe trabalhadora e os camponeses sem terra.

A chegada à presidência do indiciado Jovenel Moïse causou tantos danos que seria impossível não presenciarmos tal tragédia na história do Haiti. Já constatamos esse fato horrível.

Antes mesmo desse assassinato, os imperialistas (Core Group¹ e Binuh²), ombro a ombro com capitalistas financeiros nacionais e internacionais, utilizavam o PHTK-Partido Haitiano Tèt Kale (Cabeça Raspada, ao qual pertencia Jovenel) para garantir sua hegemonia econômica e política no Haiti.

Eles aterrorizam as massas populares e os camponeses e exploram os trabalhadores de todo o país. Eles trazem mercenários estrangeiros ao solo haitiano visando a seus fins políticos. Eles formam diuturnamente gangues em áreas metropolitanas e cidades do interior. A carnificina perpetrada por essas gangues em bairros operários impõe um doloroso terror na vida dos habitantes. No mais alto

nível, as instituições do Estado são vandalizadas.

Portanto, o complot político interno para assassinar o presidente de facto, Jovenel Moïse, é consequência da ação dos cúmplices da burguesia do Haiti, bem como do imperialismo estadunidense e seus aliados.

Face a tal situação, o Moleghaf (Movimento de Liberdade e Igualdade dos Haitianos pela Fraternidade) mantém sua firme determinação de continuar denunciando todas as iniciativas de gangsterização do país por parte do imperialismo estadunidense, da burguesia do Haiti e de algumas instituições de Estado, em particular a Polícia Nacional do Haiti (PNH).

Moleghaf se opõe a todas as manobras que o Binuh realiza para tentar instalar artificialmente na Presidência da República o senhor Claude Joseph [primeiro-ministro demitido por Moïse um dia antes do assassinato - NdT]. Até porque a atual dirigente dessa instituição que denominam Binuh, a senhora La Lime, desde sempre foi contestada justamente por



todos os conluíolos políticos reacionários que ela empreendeu com o poder local.

Moleghaf também rejeita categoricamente o acordo que levou à nomeação de Joseph Lambert como presidente provisório e Ariel Henry como primeiro-ministro.

O assassinato do investigado Jovenel Moïse é apenas fruto de divisões no seio dos capitalistas, dos membros e

partidários do PHTK e do imperialismo estadunidense que, num certo momento, foram a base da construção do atual poder.

Os trabalhadores e as massas populares, que lutam pela democracia e pela soberania nacional, nada têm a ver com esse tipo de ação. Que os dirigentes do Estado haitiano, o partido PHTK e seus consortes assumam sua responsabilidade diante dessa profunda crise que há anos corrói nosso país.

Moleghaf apela à vigilância de toda a população, das organizações populares, dos sindicatos, dos progressistas, bem como dos militantes revolucionários para que não se deixem

arrastar para as crises políticas fabricadas nos laboratórios do imperialismo estadunidense. Que o povo não se desvie de sua linha política e que suas reivindicações estejam sempre em harmonia com sua convicção.

Somente um Haiti livre, soberano e democrático pode atender às demandas populares!

Condenamos, portanto, a presença de qualquer primeiro-ministro de facto e denunciamos o estado de sítio.

Fora Joseph Lambert! Fora Claude Joseph!

Fora Ariel Henry! Fora senhora La Lime!

Fora Binuh!

Não ao imperialismo! Não à ocupação do país!

Não ao projeto imperialista com ou sem Jovenel Moïse!

Que o povo continue sua luta pela democracia, soberania, pelo direito à autodeterminação, por uma transição de ruptura sem os apoios manipulados do imperialismo, por eleições livres, honestas e democráticas, nas quais os trabalhadores, a classe trabalhadora e o povo possam encontrar todo seu lugar!

¹ Core group: composto por representantes da ONU, Alemanha, Brasil, Canadá, Espanha, EUA, União Europeia e OEA, é tutelado pelos EUA e exerce permanente ingerência na política do Haiti;

² Binuh: Escritório Integrado das Nações Unidas no Haiti.

Minustah: ruim para o Haiti, ruim para o Brasil

Tropas brasileiras comandaram a ocupação que durou 13 anos

Em fevereiro de 2004, Jean Bertrand Aristide, presidente do Haiti, foi destituído por um golpe de estado urdido pelos EUA.

Para esconder a mão depois de atirar a pedra, os EUA acusaram o Haiti de ser uma "ameaça à paz e à segurança na região". Em 30 de abril, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a resolução 1.542 que criou a Minustah - Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, uma força internacional que iria substituir tropas estadunidenses e francesas desembarcadas para garantir o golpe.

Prevista para durar seis meses, a Minustah ficou no Haiti por 13 anos,

até outubro de 2017.

Num erro catastrófico da política internacional do primeiro governo Lula, o Brasil aceitou comandar a Minustah.

Ao longo de sua existência passaram pelo Haiti mais de 37 mil soldados brasileiros.

A herança é trágica. O verniz "humanitário" da Minustah não pode esconder a realidade da ocupação. Foram milhares de denúncias de abusos sexuais - pelo pessoal civil e militar. Em 2010, uma epidemia de cólera foi introduzida por tropas nepalesas, causando mais de 10 mil mortos, com a omissão criminosa da ONU.

O massacre de Cité Soleil

Em 6 de julho de 2005, o massacre da favela de Cité Soleil foi comandado pelo atual ministro gal. Augusto Heleno, tal como diversos outros oficiais que estiveram no Haiti, que exercem ou exerceram postos de relevo no governo Bolsonaro, como Luiz Eduardo Ramos e o ex-ministro Santos Cruz.

Uma delegação da campanha pela retirada das tropas do Haiti - mantida por organizações partidárias e sindicais brasileiras desde o início da ocupação - ouviu de um desses generais que a missão era importante porque "o treinamento que o exército estava tendo no Haiti serviria de

experiência para efetuar operações nas favelas do Rio de Janeiro".

O golpe de 2004 e os 13 anos de ocupação impediram que o povo haitiano construísse, por si mesmo, instituições democráticas para exercer a soberania do país.

A sustentação que a Minustah deu a uma elite corrupta, às eleições fabricadas e a governos marionetes dos EUA, Canadá, União Europeia, provocou a total degradação institucional e pavimentou o terreno para o surgimento de gangues e milícias nas quais Jovenel Moïse se apoiava para se manter no poder até o dia de seu assassinato.

Edison Cardoni